

ARCOS DE VALDEVEZ (Giela)

Para chegar ao Paço de Giela desloque-se até Arcos de Valdevez usando a autoestrada A3. Se vier de sul, depois de ter passado o rio Lima opte, à direita, pelo IC28, até à saída 9, que liga aos Arcos de Valdevez pela estrada nacional N101. Na terceira rotunda tome a primeira saída e entre na N202, seguindo por esta via durante uns 2 km até encontrar o Paço de Giela. Se, na referida rotunda, optar pela segunda saída, entrará nos Arcos. Se for esta a sua opção, continue pela estrada que acompanha a formosa margem direita do rio Vez. Passe o monumento concebido pelo escultor José Rodrigues (1936-2016) para assinalar o Recontro de Valdevez (travado em 1140). Mais à frente, depois da Casa das Artes, encontrará uma nova rotunda. Tome aqui a primeira saída à direita, entrando na N202, que atravessa o rio Vez e siga as indicações para o Paço de Giela.

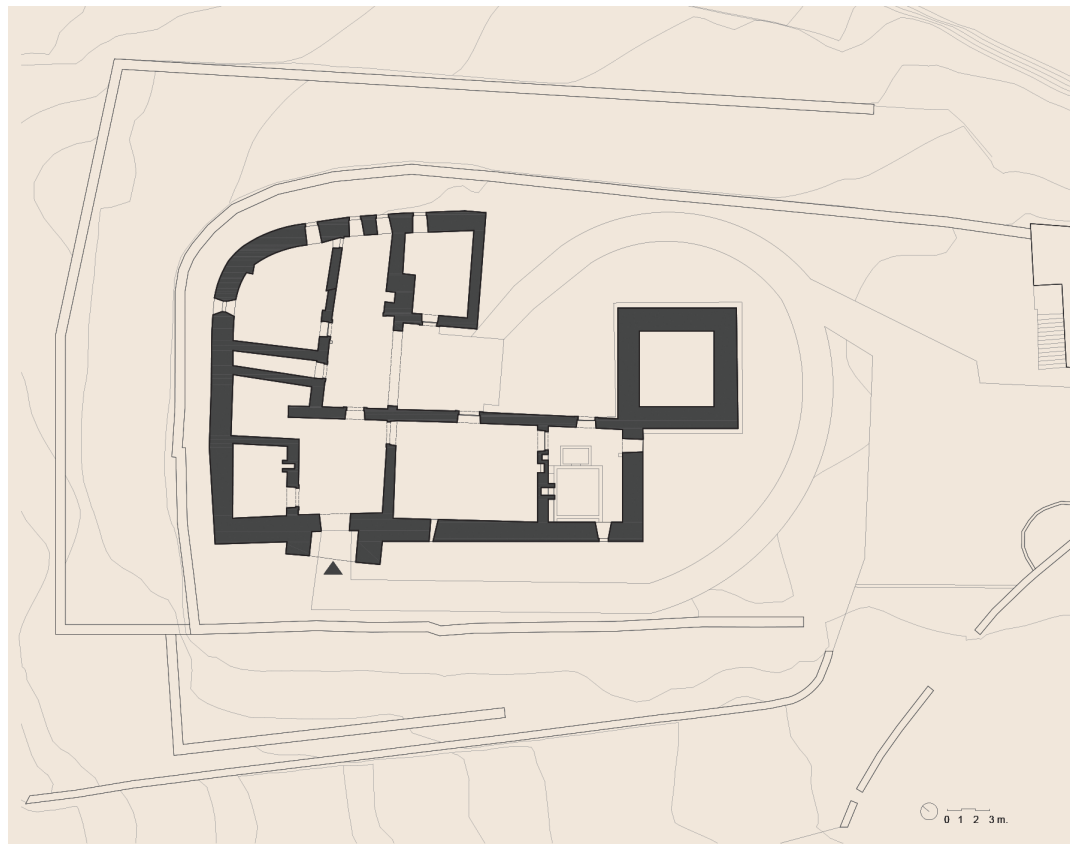
Paço de Giela

O ESPAÇO DA FREGUESIA DE GIELA apresenta testemunhos de ocupação desde o período romano. Mas a paróquia de São Vicente de Giela parece ser uma realidade do século XIII: a primeira referência conhecida encontra-se no rol de 1220-1229, publicado por Stéphane Boissellier, onde se menciona a *Ecclesie de Gella*. Nas Inquirições de Afonso III, de 1258, a paróquia volta a ser referida, mas, apesar do pormenorizado registo dos inquiridores régios, não encontramos qualquer referência à Honra de Giela. Com efeito, a primeira menção à Honra encontra-se

nas Inquirições de D. Dinis, de 1288-1290, o que revela que o processo de formação deste espaço senhorial pode ser balizado entre os dois inquéritos. Curiosamente, nas Inquirições de D. Dinis as testemunhas atribuem a fundação a D. Nuno Giela, um nobre do século XII, certamente um estratagema para fugir ao estigma das «honras novas», que o monarca mandou devassar. Ao associar o nome de D. Nuno Giela, as testemunhas ouvidas pretendiam indicar que se tratava de um espaço honrado há mais de um século, portanto uma "honra velha", das que deviam ser mantidas como



Alçado sudoeste.
Vista geral do paço
manuelino



Planta

espaços privilegiados (ao invés das “honras novas”, sistematicamente devassadas por ordem do monarca). A construção da torre – o elemento mais antigo deste conjunto residencial – deve ter ocorrido algumas décadas mais tarde, em inícios do século XIV. Uma informação, insistentemente transmitida pela maioria dos autores que escreveram sobre este paço, atribui essa iniciativa a D. João Domingues, abade de Sabadim, mas não se conhece o fundamento. Em finais da centúria a torre estava na posse da Coroa e a partir de então é possível acompanhar o itinerário, algo atribulado, desta estrutura. O rei D. Fernando doou a Terra de Valdevez, incluindo a Honra de Gielá, a D. Lopo Gomes de Lira, nobre galego que vivia exilado no norte de Portugal depois de ter apoiado o monarca português na 2ª Guerra com Castela (1372-73). Mas o posicionamento político deste nobre na crise dinástica que eclodiu depois da morte de D. Fernando (1383), apoiando o “partido” de D. Beatriz e D. Juan de Castela, levou a que, na sequência do cerco e conquista de Ponte de Lima (1385), D. João I confiscasse os seus bens. O novo monarca acabaria por entregar a Terra de Valdevez a Álvaro Dias de Oliveira, por doação de 2 de outubro de 1384. Mas a morte surpreendeu o novo senhor pouco depois e a Terra de Valdevez regressou outra vez à Coroa. Em 10 de dezembro de 1385 foi dividida em

duas partes: uma entregue por D. João I a Lopo Fernandes Pacheco, a outra a Egas Coelho. Nessa altura, a Quintã de Gielá, que também fora confiscada a Lopo Gomes de Lira, foi doada por D. João I a Estêvão Anes de Gondim. Por morte deste, ocorrida em 1386, foi confiada a Lopo Fernandes Pacheco, em 15 de outubro desse ano, que passou assim a deter metade da Terra de Valdevez e a totalidade da Quintã de Gielá. No diploma desta doação encontramos a primeira referência explícita à *Casa de Gella*. Em 1398, depois da morte de Lopo Fernandes Pacheco, a metade da Terra de Valdevez e a *Casa de Geella* foram doadas a Gonçalo Lourenço de Gomide, Escrivão da Puridade do monarca. Finalmente, em 24 de junho de 1398, o monarca entregava a *Casa de Geella* a Fernão Anes de Lima, iniciando-se então o longo senhorio dos Limas sobre este paço. A Torre de Gielá ficou na posse de Fernão Anes de Lima entre 1398 e a sua morte, ocorrida em 1422, passando depois para seu filho, Álvaro Rodrigues de Lima. Com a morte prematura deste, em 1429, sem descendência, passou para seu irmão, o carismático Leonel de Lima, que a manteve até à sua morte, em 1495. Herdou seu filho, D. João de Lima, que foi senhor do paço de Gielá entre 1495 e *circa* 1508. E, finalmente, chegou às mãos de D. Francisco de Lima, que teve a casa entre abril de 1508 e a sua morte, em 1550.



Vista geral (paço e torre). Alçado sudeste



Torre medieval. Alçado sudoeste

O sítio onde se ergueu o Paço de Gielá é uma pequena colina, claramente destacada no meio dos campos agrícolas da margem esquerda do Vez, rodeada por montes que atingem cotas muito mais elevadas. A colina onde o Paço foi erguido já tinha recebido estruturas defensivas numa fase anterior. Com efeito, as escavações arqueológicas realizadas por Susana Cosme, Sílvia Mendes e Paula Abranches (*Archeo'Estudos*) permitiram identificar os testemunhos de uma cerca muralhada anterior à construção do Paço. Esta estrutura, sub-retangular com cantos arredondados, devia ter a entrada no ângulo sudeste, onde se detetaram os negativos de uma pequena torre. Foi esta muralha que permitiu a retenção de sedimentos, criando a plataforma sobre a qual se veio a erguer o Paço medieval. Este pequeno castelo terá sido abandonado quando o castelo de Santa Cruz (Vila Fonche, Arcos de Valdevez) assumiu o governo militar da Terra de Valdevez, a partir da segunda metade do século XI, concentrando em si a coordenação militar da Terra de Valdevez. Na sequência ocupacional do local, esta estrutura fortificada corresponde à Fase I.

No conjunto do Paço, a construção mais antiga é a torre, que deve ter sido erguida na primeira metade do século XIV, em pleno reinado de D. Dinis. As semelhanças tipológicas com a Torre de Penegate (São Miguel de Carreiras, Vila Verde), datada de 1322, ajudam a sustentar esta cronologia. É provável que a iniciativa se tenha ficado a dever a D. João Fernandes de Lima (IV), membro destacado desta linhagem galega que mantinha interesses no Alto Minho

e que permaneceu durante vários anos entre nós, apenas regressando à corte castelhana em 1310. A torre de Gielá, que corresponde à Fase II, apresenta uma porta de ingresso rasgada ao nível do 1º andar, com arco quebrado. O seu interior foi organizado em três pisos sendo o mais elevado destinado à *câmara* e, por isso, dotado de janela com banco. No coroamento ostenta um balcão com matabais, na face voltada a leste. Na face virada a norte observam-se os sulcos de dois telhados de duplo pendor, rasgados a cotas distintas, que nos testemunham a existência de um anexo residencial nesta zona. Este anexo corresponde à Fase III de ocupação em Gielá. Foi construído depois da torre estar concluída e, por isso, os seus muros não se travaram com ela. Desta maneira, deixou escassos vestígios na estereotomia dos muros da torre. Mas, para além das duas linhas de telhado já mencionadas, a limpeza da parede norte, realizada em 2014 no âmbito do processo de restauro, permitiu identificar os negativos das linhas de encosto da parede deste anexo. A intervenção arqueológica determinou, igualmente, as suas dimensões. O corpo principal tinha 7,70 m x 11,10 m (ou seja, uma área de 85,47 m² por piso). Para ocidente deste espaço retangular foi adossado um outro corpo, apenas dotado de piso térreo, com 6,40 m x 5,40 m (isto é, 34,56 m²). Ou seja, o anexo residencial de Gielá era uma estrutura com planta em L. Uma pedra de armas, com o brasão listado dos Limas (pleno), que apareceu, reaproveitada, no paço manuelino, revela-nos que a construção desta casa também se ficou a dever à família Li-



Vista geral (paço e torre). Alçados sudeste e sudoeste

ma. O brasão devia estar colocado sobre a porta de entrada do Paço, que se rasgava na parede virada a ocidente, não muito longe da torre. Um fragmento de uma janela gótica trilobulada, aparecido durante os trabalhos arqueológicos, devia pertencer a este espaço. Todos estes vestígios da Fase III devem ser associados à figura de Fernão Anes de Lima, que, como vimos, recebeu Giela das mãos de D. João I, em 1398. A Fase IV, que envolveu e ampliou a fase anterior, resultou da intervenção de Leonel de Lima, que recebeu o paço em 1429, na sequência da morte de seu irmão. A nova construção, que eliminou o corpo avançado da construção em "L" da Fase III e ampliou o espaço habitacional da casa acrescentando um novo corpo edificado a ocidente. Dele ainda sobrevivem os muros térreos, incorporados no paço manuelino de D. Francisco de Lima (Fase V). Isto significa que foi com Leonel de Lima que o paço de Giela passou a ter um alinhamento idêntico ao que hoje conhecemos. Uma nova entrada, monumentalizada e fortificada, foi acrescentada. À esquerda desta entrada foi construído um novo compartimento, que se encontra datado por um conjunto de moedas de D. João I. À direita foi erguido um novo corpo edificado, com dois compartimentos (com 68,70 e 34,53 m², respetivamente). A estreita porta gótica, de arco quebrado, que se rasga junto da torre, e que ainda hoje sobrevive, corresponde a esta fase. Isto significa que a obra de Leonel de Lima, do século xv, não eliminou completamente os testemunhos das fases anteriores, nomeadamente o corpo principal do anexo residencial. Seria a reforma manuelina, encetada por D. Francisco de Lima (Fase V) que se encarregou de as demolir, criando um espaço vazio nas tra-seiras do paço, correspondente ao negativo do velho ane-

xo residencial. Com a reforma de D. Francisco de Lima os espaços destinados a serviços e apoio agrícola concentraram-se no piso térreo e a zona senhorial ocupou o primeiro andar. As duas janelas manuelinas que se podem admirar na fachada principal, que resultam desta fase, iluminavam a aula ou sala de receção do Paço. À sua mão direita ficavam os aposentos do senhor, com a Câmara, onde se criou uma bela janela de aparato, manuelina, com o brasão partido de D. Francisco de Lima, idêntico ao que passou a sobrepujar a porta de entrada do Paço.

O recente processo de valorização do Paço, encetado pelo Município de Arcos de Valdevez, permitiu reabilitar as ruínas desta casa senhorial e criar, no seu âmbito, um centro interpretativo onde o visitante pode acompanhar a evolução deste paço senhorial.

Texto: MJB - Fotos: MJB/SVS - Plano: AEL/SC/SM/SR/TAL/NMo

Bibliografia

- AZEREDO, F., 1978, p. 69; AZEVEDO, C., 1969 (1988), p. 144; BARROCA, M.J., 1989, pp. 297-298; BARROCA, M.J., 1998a, pp. 75 e 100; BARROCA, M.J. e SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2015; BOISSELLIER, S., 2012, p. 93; CHANC. D. JOÃO I, Livro 1, doc. n.º 412 (de 1384, outubro, 2), doc. n.º 1082 (de 1385, outubro, 11), doc. n.º 1133 (de 1385, dezembro, 10), doc. n.º 1297 (de 1388, maio, 2); Livro 2, doc. n.º 348 (de 1386, outubro, 15), doc. n.º 1134 (de 1398, outubro, 5), doc. n.º 1149 (de 1398, junho, 24); DIAS, P., 1988, p. 152; GUERRA, L.F., 1925; MACHADO, J., 1906, p. 134; MEM. PAROQ. 1758 (2005), pp. 47-48; MORENO, H.B., 1981, pp. 259-274; PMH, INQ., pp. 381-382; PMH, INQ., 1288-91, p. 286; REIS, A.M., 2007, pp. 77-83; SILVA, A.L.P., 1958, II, pp. 233-242; SILVA, A.B.M. *et alii*, 2019, pp. 43-163; SILVA, J.C.V., 1995, pp. 53-54 e 168-170; SIPA; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2011, pp. 53-74.